

# ESCRAVIDÃO, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA “CIDADE MAIS EUROPEIA DO BRASIL”: IDENTIDADE, MEMÓRIA E HISTÓRIA PÚBLICA

Joseli Maria Nunes Mendonça<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo vou argumentar que a identidade regional do Paraná e, em especial aquela relacionada à sua capital, se constituiu a partir de narrativas históricas que, produzidas desde século XIX, tenderam a obscurecer – ou mesmo negar – a relevância da escravidão e a importância da presença de africanos e seus descendentes na população local. Além disso, pretendo apresentar possibilidades de intervenção por meio de uma produção que, inserida na vertente do que hoje se denomina História Pública, possa favorecer a reconstituição de tal identidade, fazendo-a mais democrática.

**Palavras-chave:** escravidão; pós-abolição; memória; história pública.

## SLAVERY, AFRICANS AND AFRO-DESCENDANTS AT THE “MOST EUROPEAN CITY IN BRAZIL”: IDENTITY, MEMORY AND PUBLIC HISTORY

**Abstract:** The aim of this paper is to discuss Paraná state local identity, mainly at the capital city, Curitiba. I shall argue that, nowadays, local identity derives from historical narratives produced from the nineteenth century onwards that tended to obscure – sometimes even deny – the presence of slavery and the importance of the African and Afro-Brazilian presence among local population. Furthermore, I propose that Public History interventions, based on an alternative narrative, could help the reconstitution of regional identity in a more inclusive and democratic perspective.

**Keywords:** slavery; post-emancipation; memory; public history.

### Introdução: historiadores e História Pública

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado (Michael Pollak, *Memória, esquecimento, silêncio*).

O termo História Pública, referindo-se à atuação de historiadores, designa uma vertente de abordagem voltada às representações públicas do passado. Assim, historiadores

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Contato: jmendon123@gmail.com. O artigo resulta da pesquisa “Trabalhadores em mosaico: escravos, libertos, migrantes e nacionais no Paraná provincial”, realizada sem financiamento.

inseridos nesse campo podem se dedicar à produção de conhecimento histórico destinado a leitores não profissionais ou a audiências ampliadas. Como considerou Sara Albiéri,

é como se a historiografia acadêmica – aquela que é produzida como ciência pelos especialistas – vazasse por muitos poros, e formasse uma intrincada rede de vasos comunicantes que sustenta e alimenta a visão comum do que é a história (ALBIERI, 2011: 21).

É evidente que tais práticas de produção para difusão ampliada nem de longe são exclusivas de historiadores. Pode-se mesmo dizer que apenas recentemente profissionais da área têm se dedicado a produzir para não especialistas. Jornalistas, biógrafos, cineastas, pintores, memorialistas, há muito, criam e difundem representações sobre o passado, muitas vezes de maneira bastante eficiente, se considerarmos a amplitude do público que atingem.

Esse processo criativo, realizado por profissionais sem formação acadêmica em História, sendo tomado como objeto de análise, define outro campo de atuação dos historiadores voltados à História Pública. Assim, conforme considerou Lindgton, deve-se observar uma distinção entre a prática da História Pública e o exercício acadêmico dela. A primeira realiza a “apresentação popular do passado para um leque de audiências, por meio de museus e patrimônios históricos, filmes e ficção histórica”. O segundo se dedica a estudar “como adquirimos nosso senso de passado – por meio da memória e da paisagem, dos arquivos e da arqueologia e por consequência, é claro, do modo como esses passados são apresentados publicamente” (LINDGTON, 2011: 34).

Assim, poder-se-ia dizer que os historiadores praticam a História Pública quando produzem conteúdos para públicos ampliados – elaborando narrativas ou trabalhando com as instituições de preservação dos “artefatos” do passado (museus, arquivos, centros de documentação etc.) – e/ou quando problematizam tais conteúdos, tomando-os como objeto de estudo. Em qualquer uma dessas vertentes, as representações públicas do passado estão no cerne das preocupações de historiadores que se dedicam à História Pública.

O agrupamento dessas práticas em tal rubrica é relativamente recente. Um marco nesse sentido foi a criação, na década de 1970, nos Estados Unidos, do periódico *The Public Historian*, associado à Universidade da Califórnia – em Santa Bárbara –, ao *Oral History Institute* e a várias bibliotecas e museus. Na Grã-Bretanha, foi na década de 1980 que ganharam força entre os historiadores – mas também junto a geógrafos e a teóricos culturais - as indagações acerca das representações públicas do passado; ali, tais questões

estiveram associadas principalmente ao patrimônio. Na virada do século, um importante encontro de historiadores profissionais reunidos para discutir a História Pública ocorreu na *York University*, promovido em colaboração com a *Royal Historical Society* – uma das mais tradicionalistas associações profissionais de historiadores britânicos (LINDGTON, 2011: 34-35). No Brasil, as iniciativas para definir da História Pública como um domínio específico em torno do qual se agregam profissionais com interesse comum ocorreram em 2011 e 2012, com a oferta da disciplina de Introdução à História Pública na Universidade de São Paulo (2011), a publicação de um livro com artigos voltados a apresentar e discutir essa vertente de atuação profissional (ALMEIDA; ROVAI, 2011) e a criação da Rede Brasileira de História Pública, em 2012<sup>2</sup>.

Se a definição desse campo de interesse específico é recente, sobretudo no Brasil, as práticas historiográficas a ele associadas são bem mais antigas. Estudos bastante consolidados em torno da problematização do processo de produção de memórias vêm, desde muito, tratando das representações públicas sobre o passado, uma das perspectivas de abordagem da História Pública, considerada por Lindgton como exercício acadêmico realizado nessa área. Assim, uma vasta produção, bastante inspirada pelo projeto historiográfico capitaneado por Pierre Nora desde os anos 1980, tem se dedicado de maneira profícua a compreender os processos de produção social da memória, problematizando os “lugares” em que ela foi alocada<sup>3</sup>. Dessa maneira, a produção historiográfica passou a interrogar monumentos, comemorações, representações pictóricas, heróis, biografias de “grandes homens”, manuais didáticos, filmes “históricos”, etc., procurando compreender o processo de produção de uma memória produzida, sobretudo, para constituir a nação. Mesmo que não se associasse à vertente atualmente designada por História Pública, muitos historiadores brasileiros, orientados por estas questões de pesquisa, dedicaram-se a estudos que atualmente poderiam ser colocados nessa rubrica<sup>4</sup>.

Essa produção, evidenciando a proficiência com que o exercício acadêmico da História Pública foi empreendido por historiadores no Brasil, mostra também a magnitude

---

<sup>2</sup> A rede pode ser acessada em: [http://historiapublica.com.br/?page\\_id=520](http://historiapublica.com.br/?page_id=520) (acesso em 04/03/2015).

<sup>3</sup> Refiro-me ao *Les lieux de mémoire*, publicada originalmente entre 1984 e 1992. Sobre a realização deste projeto intelectual e editorial por Pierre Nora e as implicações e desdobramentos da noção de “lugares da memória” cunhada pelo autor, ver especialmente Gonçalves (2012) e Enders (1993).

<sup>4</sup> Interessante registrar que o próprio Pierre Nora denominou *Historien Public*, um dos três volumes com artigos e ensaios presentes em distintas publicações e produzidos em diferentes momentos, mas denominados por ele “textos de circunstância” (GONÇALVES, 2012: 28).

da difusão ampliada de representações do passado. No Brasil, ela ocorreu *pari passu* à produção historiográfica levada a efeito por homens de letras reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no século XIX. Realizada como um empreendimento ao mesmo tempo intelectual e político, a historiografia do IHGB, vinculada e financiada pelo Estado monárquico, era uma história oficial que visava “forjar a nação” (GUIMARÃES, 1988). Organizado nos moldes das academias iluministas, sua produção pretendia esclarecer aqueles que compunham o topo da pirâmide social sem, entretanto, descuidar do restante da sociedade, também considerada alvo a ser atingido pelas luzes do conhecimento acadêmico.

Assim, mesmo sem alcançar um público tão amplo, os preceitos orientadores da produção historiográfica do IHGB – e o conteúdo político dele decorrente – vertia da instituição para a sociedade. Parte deste espraiamento foi realizada por meio da produção de livros didáticos, como as *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primaria*, escrito por Joaquim Manuel de Macedo, literato e membro do IHGB. Publicado na década de 1870, foi o primeiro manual elaborado com finalidade estritamente didática por um professor de História do Brasil no Colégio Pedro II e tornou-se o material oficialmente utilizado na instituição (ANDRADE, 2011). Como observou Albieri, “os livros didáticos representam uma das formas mais poderosas de publicação da História. Eles são responsáveis pela ideia de História que impregna o senso comum de uma cultura e de um povo” (ALBIERI, 2011: 21).

A historiografia elaborada pelo IHGB disseminava-se socialmente também pela arte, sobretudo pela pintura histórica. Trabalhando no interior da Academia Imperial de Belas Artes – como o Instituto, também estreitamente vinculada ao Estado monárquico –, os pintores de história narravam o passado da nação, seguindo os mesmos preceitos norteadores da produção da historiografia oficial. Telas como *A Primeira Missa no Brasil* (1861), de Victor Meirelles e *Independência ou Morte!* (1888), de Pedro Américo, ressaltavam a importância da civilização europeia, enalteciam personalidades políticas que vinculassem o presente vivido ao passado colonial (considerado o período em que se introduziu a civilização em terras americanas), procuravam valorizar as fontes para a

ESCRavidÃO, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA “CIDADE MAIS EUROPEIA DO BRASIL”

produção do conhecimento histórico comunicado pela pintura.<sup>5</sup> Apresentadas nas grandes exposições, expostas em museus, comentadas em periódicos, as telas levavam para um público mais amplo o que os “especialistas” do IHGB ditavam sobre a história da nação, realizando o que Pollak definiu como *trabalho de enquadramento da memória*. As considerações desse autor sobre a historiografia alemã e seu papel na constituição de uma identidade nacional bem serviriam para expressar o papel que tiveram os historiadores do IHGB no século XIX brasileiro:

Em relação à herança do século XIX, que considera a história como sendo em essência uma história nacional, podemos perguntar se a função do historiador não terá consistido, até certo ponto, nesse trabalho de enquadramento visando à formação de uma história nacional. Este fenômeno é mais claramente acentuado em países cuja unificação nacional se deu tardiamente, e onde a ciência histórica tinha uma tarefa de unificação e manutenção da unidade (POLLAK, 1992: 206).

O mesmo autor referiu-se à importância dos objetos materiais para o trabalho de enquadramento da memória. Mais que o discurso organizado em torno de acontecimentos e de grandes personagens, o que era a contento feito pelos historiadores do IHGB, as telas, monumentos, personagens, manuais didáticos, etc. que expunham a história da nação, potencializaram o processo de constituição de uma identidade nacional.

Ao longo do século XX, tiveram continuidade no Brasil os investimentos de enquadramento da memória por meio da difusão ampliada da história. Favorecidos pelas novas mídias, que atingiam públicos cada vez mais amplos, também nesse tempo eles decorriam de políticas públicas voltadas a produzir uma identidade nacional que, sobretudo em contextos de tensão política e de governos autoritários, procuravam favorecer a coesão social e o patriotismo. Nessa perspectiva podemos interpretar ao menos parte da atuação do INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo), cuja produção, na década de 1930, visava enaltecer o Brasil enfatizando suas maravilhas naturais e as conquistas científicas. Nesta última vertente inseriu-se a importante produção de Humberto Mauro, com destaque para *O Descobrimento do Brasil*, uma reconstituição fílmica da carta de Pero Vaz Caminha, evocando imagens consagradas da pintura histórica, como a tela “Primeira Missa no Brasil”, de Victor Meirelles (SHVARZMAN, 2004). Também nessa perspectiva pode ser

---

<sup>5</sup> Sobre o quadro *A Primeira Missa*, cf.: Coli (1998); sobre a pintura *Independência ou Morte!*, cf.: Oliveira e Mattos (1999).

interpretada a produção da EMBRAFILMES que, na década de 1970, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, lançou o programa Filme Histórico, visando à afirmação de aspectos de uma identidade nacional (FERREIRA, 2014: 282).

Como observou Stefan Berger e Christian Wicke, História Pública e construção de identidade desfrutam de uma relação simbiótica (2014: 231). No caso da produção que brevemente retomamos, a identidade que se buscava era aquela que agregasse as pessoas em torno da ideia de nacionalidade. A História Pública, assim produzida, visava constituir brasileiros, eliminando desse processo a multiplicidade de identidades que a compuseram, obscurecendo os conflitos a ele inerentes.

Também histórias produzidas localmente configuraram memórias específicas sobre as regiões às quais as narrativas se referiam. No caso do Paraná, mais precisamente de Curitiba – espaço de análise privilegiado este artigo – elas estiveram fortemente associadas às características da população local e ao processo histórico de sua formação, predominantemente vinculado à presença europeia.

### **História, memória e identidade regional no Paraná: uma terra de europeus**

Desde meados do século XIX, quando a porção meridional de São Paulo – a sua 5ª Comarca – foi emancipada e constituiu a província do Paraná, a importância da introdução de imigrantes na formação da população local vem sendo ressaltada. Primeiramente foi parte de um projeto de povoamento, ocupação e “civilização” da região, vista pelas autoridades públicas provinciais como solução para o preenchimento de áreas que, a despeito da população nativa e dos chamados caboclos que ali habitavam, eram consideradas “vazios demográficos”, empecilho para o desenvolvimento da província. Assim, a introdução de estrangeiros passou a ser associada ao desenvolvimento da região, não só nos discursos que desenhavam um imaginário específico, mas também nas práticas pelas quais se definiam e se implementavam as políticas públicas. Neste sentido, em 1859 foi fundada a colônia Assungui, um empreendimento público, financiado pelo governo imperial e coordenado pela administração da província (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969: 164). Ali, a 100 quilômetros de Curitiba, foram alocados imigrantes ingleses, franceses, alemães, suíços. Embora pesquisas em andamento venham

mostrando a importância dos brasileiros na constituição do núcleo colonial (SZYCHOWSKI, 2015), Assungui expressa o empenho dos dirigentes na introdução de imigrantes na região. A este núcleo seguiram-se vários outros e, em 1911, mais de 100 haviam sido fundados no Paraná, comportando uma população de cerca de 100 mil colonos (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969: 183).

Desde o final do século XIX, a presença dos europeus na conformação social do Paraná vem sendo também associada à conformação de uma identidade regional. Primeiramente, desde os anos 1890, uma geração de literatos dedicados sobretudo à produção filiada ao simbolismo esboçou contornos identitários (BEGA, 2013) que, nos anos 1920, no contexto de produção denominada “paranismo”, alcançou maturidade e definiu com nitidez a imagem de um Paraná europeizado (PEREIRA, 1997; OLIVEIRA, 2009). Um dos autores mais significativos nesse contexto foi Romário Martins. Desde 1899, quando publicou sua *História do Paraná*; depois, em 1937, quando editou outra versão dessa obra; até 1941, com a publicação de *Quantos somos, quem somos*, a produção desse autor constituiu e consolidou uma narrativa histórica na qual a presença de imigrantes europeus se destacava como elemento distintivo da identidade paranaense (R. MARTINS, 1941; 1995).

A ênfase na importância da imigração para a formação populacional no Paraná também caracterizou a obra de outro importante intelectual que se dedicou à história regional: Wilson Martins. Sua produção, como a de Romário Martins, objetivou definir a especificidade da composição populacional do Estado e das relações interétnicas ali estabelecidas, distinguindo-as daquelas constituídas em outras regiões do país. Quando publicou *Um Brasil diferente*, em 1955, Wilson Martins explicitou o diálogo que pretendia realizar com Gilberto Freyre a respeito da interpretação que esse autor havia estabelecido sobre as relações sócio-raciais, na obra *Casa Grande & Senzala*. Estudando o que considerava que fossem fenômenos de aculturação no Paraná que, como dizia, decorriam do contato estabelecido entre estrangeiros de diversas origens europeias, Martins concluiu que a formação social da região não havia sido resultado da convivência entre índios, portugueses e negros, como ocorrera no ambiente social estudado por Gilberto Freyre. Isso porque, explicava ele, a história do Paraná fora absolutamente diversa da história do restante do país; não porque ali a assimilação de elementos socialmente diversos não

tivesse ocorrido, mas porque ela envolvera grupos distintos daqueles que interagiram em outras regiões: poloneses, italianos, austríacos, alemães, russos, ucranianos. Assim, para Martins, o elemento distintivo do processo histórico do qual resultara a formação social paranaense não era a ausência de assimilação de grupos étnicos entre si, mas, sim, a especificidade desta assimilação, provocada pelo afluxo de imigrantes (W. MARTINS, 1989).

Concomitante à ênfase dada à presença europeia e à imigração, estes autores e suas obras minimizaram a importância da escravidão na história regional, bem como a participação de africanos e seus descendentes na conformação da população local. Assim, para Wilson Martins a escravidão fora irrelevante como fato histórico e inexistente como fato sociológico. “Ao lado da imigração”, considerou esse autor, “é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná” (W. MARTINS, 1989: 128).

Os parâmetros definidores desta história regional, que ressalta formação europeia da população paranaense e relega a escravidão e a participação de africanos e de afrodescendentes na sua composição populacional não ficaram confinados aos ambientes intelectuais. Ao contrário, atingiram um público bem mais amplo, propagando-se por meio de material didático, da construção de monumentos e da promoção de eventos comemorativos. *A História do Paraná*, de Romário Martins, foi adotada como obra oficial de estudos nas escolas do estado (IURKIV, 2002: 26). Um dos mais destacados eventos comemorativos, realizado em 1953, ano do centenário da emancipação administrativa da província, evidencia a força com que o imaginário de um Paraná sem negros e sem escravidão verteu dos ambientes intelectuais para os espaços públicos.

Emblemática na memória local, a emancipação da província é constantemente interpretada como resultado das demandas das elites locais, que desde muito aspiravam autonomia administrativa e maior participação política em âmbito nacional. Festas cívicas realizadas em torno do dia 19 de dezembro – a data em que chegou à província seu primeiro presidente, considerada marco oficial da emancipação – anualmente ressaltavam a importância do evento.

As comemorações foram especialmente importantes em 1953, ano do centenário da emancipação, quando foi projetado e iniciado um significativo conjunto de obras, entre elas

## ESCRavidÃO, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA “CIDADE MAIS EUROPEIA DO BRASIL”

a Biblioteca Pública do Paraná, o Teatro Guaíra, o Centro Cívico – local que reúne os prédios nos quais funcionam as instituições do Legislativo, do Executivo e do Judiciário – e a Praça Dezenove de Dezembro. A praça é, no conjunto das obras todas, sem dúvida, a de menor envergadura. Nela, entretanto, estão contidos elementos com fortes significados simbólicos e talvez por isso tenha sido em torno dos objetos que nela foram colocados que se estabeleceram os mais acalorados debates envolvendo a identidade paranaense<sup>6</sup>.

Um obelisco de cerca de 40 metros de altura foi o primeiro monumento incorporado à praça – único inaugurado no ano do centenário. Depois, em 1955, foi implantado no local um biombo de granito com dois painéis, um de cada lado, nos quais se narra, com imagens, a história do Estado. Um dos painéis foi confeccionado, por Erbo Stenzel e Humberto Cozzo – o primeiro um grande artista curitibano, o segundo um renomado escultor paulista, radicado no Rio de Janeiro<sup>7</sup>. A narrativa, realizada por meio de imagens gravadas no granito, enfatiza as atividades econômicas da região: a mineração, o tropeirismo, o extrativismo vegetal, a produção cafeeira. Na história narrada por Stenzel e Cozzo, alguns agentes recebem destaque e são apresentados como os responsáveis pelo desenvolvimento e pujança da região: os bandeirantes, os indígenas e os imigrantes.

Imagem 1



Detalhe do painel em granito de Erbo Stenzel

[http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/1/painel\\_erbo.png](http://www.arte.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/1/painel_erbo.png)

<sup>6</sup> Agradeço a meu colega de departamento Antonio Cesar de Almeida Santos que, tendo ministrado uma disciplina sobre a Praça Dezenove de Dezembro, me auxiliou fornecendo material bibliográfico sobre o assunto. O trabalho dos estudantes, orientados pelo professor Antonio César, foi publicado em um blog, de que também me utilizei neste texto. Vide <https://paranacemanos.wordpress.com>.

<sup>7</sup> O processo de criação e confecção dos painéis pode ser conhecido pela leitura de Camargo (2005).

Também na face do biombo elaborada em azulejos azuis e brancos por Poty Lazzarotto, então um jovem artista curitibano, estão representadas cenas que remetem às atividades econômicas: a mineração e o tropeirismo. Nela destacam-se igualmente a ação catequizadora dos jesuítas junto à população indígena; a atuação integradora dos bandeirantes; o trabalho de jangadeiros e indígenas desbravando, pelos rios, o território paranaense; a faina dos imigrantes, alguns em família.

Imagem 2



Poty Lazzarotto. Painel em azulejos.

<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=299>

Nesse painel, além das personagens relacionadas às atividades econômicas, Lazzarotto também contemplou aspectos importantes da memória política, representando uma cena com personalidades que compunham a Câmara Municipal e outra mostrando a instalação da província, com a chegada de seu primeiro presidente.

Imagem 3



Poty Lazzarotto. Painel em azulejos, com destaque para a chegada do Presidente da Província.

<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=297>

Os que em 1955 viram os murais quando de sua inauguração e os que atualmente, passando pela Praça Dezenove de Dezembro, ainda os podem contemplar observam que da história representada por Stenzel, Cozzo e Poty Lazzarotto sobressaem algumas personagens: indígenas, bandeirantes, caboclos inserem-se na fase do chamado “Paraná tradicional”; os imigrantes são marcantes na fase associada à emancipação. Não há, nessas representações da história e da população da região, uma menção sequer à escravidão ou à presença de africanos e seus descendentes na história local.

Episódios envolvendo outro monumento da praça – o *Homem Nu*, exposto a partir de 1955 – sugerem que, naquele período, a identidade local se constituía não apenas pelo apagamento da memória da escravidão e da presença de africanos e descendentes na composição populacional, mas também por sua frontal negação. O monumento a que me refiro foi idealizado pelo governador Munhoz da Rocha, que imaginou um conjunto para ser colocado defronte o Palácio do Governo, formado por 21 estátuas, cada uma correspondendo a um estado do Brasil. À frente de todas haveria um jovem que, dando um passo à frente, simbolizaria o Paraná. A ideia foi apresentada a Stenzel – o mesmo artista que elaborara o painel em granito já referido – que, de acordo com Bahls, a teria considerado “artisticamente inviável” e sugerido uma estátua apenas, colocada no centro da Praça Dezenove de Dezembro (BAHLS, 2006: 17).

Assim, o *Homem Nu*, planejado por Stenzel, mas realizado por Cozzo – cujo ateliê, em Petrópolis, tinha tamanho compatível ao da obra – ficou bastante diferente do que inicialmente imaginara o governador, sendo desgarrado do conjunto que ele inicialmente planejara, colocado na Praça e não diante do Palácio do Governo. Mas talvez também a aparência do jovem que devia representar o Paraná tenha ficado um tanto diferente da idealizada pelo governador, para quem as “características regionais” se associavam à “gente loura de olhos azuis.”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> No “Discurso pronunciado na sessão de instalação da comissão de comemoração do centenário”, o governador referiu-se ao Paraná: “Isto aqui tem características regionais nossas, específicas. Temos manchas louras; gente loura de olhos azuis, mas que é tão brasileira quanto aquela que mais o seja” (ROCHA NETO, 1953).

Imagem 4



Fotografia de detalhes da Praça Dezenove de Dezembro. Adilson Moreira (2015)

De fato, o monumento parece ter gerado uma rejeição praticamente unânime. Além de desagradar pelo fato de se mostrar nu, o paranaense colocado na praça não era esguio; embora de proporção gigantesca, a alguns parecia que era um tanto atarracado; outros viam nele traços africanos. (CAMARGO, 2005: 65). De acordo com Bahls, David Carneiro teria considerado a escultura indigna de representar o homem paranaense, este “dolicocéfalo, louro e belo” (BAHLS, 2006: 18). As reações ao homem colocado no centro da praça, assim, de alguma forma, puseram a nu a negação do que havia de africano no passado do Paraná.

A praça, assim, evidencia como a identidade europeizada da região, preconizada pelos intelectuais, se consolidou no movimento de enquadramento da memória, expressando-se nos monumentos e nas comemorações, que silenciaram sobre a presença de escravos, de africanos e seus descendentes.

### **Escravidão e presença africana em Curitiba: uma proposta na perspectiva da História Pública.**

Desde a produção dos paranistas e desde as comemorações do centenário, uma significativa produção historiográfica ressaltou a importância da escravidão no Paraná. No início dos anos 1960, Octávio Ianni, em *As Metamorfoses do Escravo*, considerava que,

embora na região a escravidão tivesse tido menor expressão quantitativa quando comparada a outros locais, essa peculiaridade não deveria ser compreendida como se ali o “regime escravo não tivesse assumido a mesma importância básica que em outras áreas” (IANNI, 1962: 9). Vários outros historiadores tomaram a escravidão em Curitiba e no Paraná como objeto de estudos, em perspectivas quase sempre bem diferentes daquela adotada pelo sociólogo paulista. Com orientações teóricas e procedimentos metodológicos diversos, reiteraram a importância demográfica da escravidão em determinados territórios paranaenses (MACHADO, 1963; GUTIERREZ, 1998); evidenciaram o dinamismo do mercado de escravos (SANTOS, 2001); indicaram a presença da escravidão nos periódicos locais (GRAF, 1981); recuperaram os registros da instituição na documentação oficial da província (FERRARINI, 1971); dedicaram-se a tratar das peculiaridades das relações entre senhores e escravos (MACHADO, 2008), dos mecanismos de controle no contexto da escravidão (PEREIRA, 1996) e das práticas de alforria e outras formas de lutas cotidianas empreendidas por escravos (PENA, 1999); contemplaram aspectos relativos à religiosidade e sociabilidades envolvendo escravos (LIMA; MOURA, 2002).

Não obstante a vasta e consistente produção historiográfica, mencionada aqui apenas bem parcialmente, nos textos de ampla divulgação e no senso comum ainda prevalece a ideia de que a escravidão é irrelevante na história da cidade – e do Estado – e que a imigração europeia é o aspecto definidor da especificidade local. Constituinte da identidade, a memória da imigração é reiterada em textos oficiais, em eventos festivos, em memoriais e monumentos da cidade. Um turista que, por exemplo, percorra a cidade de Curitiba a bordo do ônibus que o levará aos pontos turísticos poderá visitar vários parques, bosques, memoriais; todos, bastante agradáveis e bem-cuidados, evocam a presença de europeus (italianos, alemães, ucranianos, poloneses); nenhum deles reporta a presença de africanos.

Imagem 5



Fonte: <http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/transporte/linha-turismo>. Acesso em: 03/02/2015.

Alguém que queira conhecer a formação histórica da população de Curitiba consultando o “Perfil” da cidade, apresentado na página eletrônica da sua Prefeitura Municipal, será informado que dois grupos sociais a formaram: os tropeiros e os imigrantes. Os tropeiros, explica o texto, “eram condutores de gado que circulavam entre Viamão, no Rio Grande do Sul, e a Feira de Sorocaba, em São Paulo, conduzindo gado cujo destino final eram as Minas Gerais”. De acordo com este texto, as políticas públicas adotadas e o trabalho dos imigrantes – “europeus e de outros continentes” - fizeram de Curitiba uma “cidade modelo”. Integrados à cidade a partir do século XIX, os imigrantes, o texto registra,

deram nova conotação ao cotidiano de Curitiba. Seus modos de ser e de fazer se incorporaram de tal maneira à cidade que hoje são bem curitibanas festas cívicas e religiosas de diversas etnias, dança, música, culinária, expressões e a memória dos antepassados. Esta é representada nos diversos memoriais da imigração, em espaços públicos como parques e bosques municipais (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2015).

## ESCRavidÃO, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA “CIDADE MAIS EUROPEIA DO BRASIL”

A presença de africanos na composição populacional é apresentada pela página do Poder Executivo Municipal em outro texto, que compõe o quadro “História” e tem, curiosamente, o subtítulo “Imigração”:

De povoado a metrópole, o traço fundamental que definiu o perfil de Curitiba foi a chegada de imigrantes das mais variadas procedências. Europeus, asiáticos e africanos contribuíram para a formação da estrutura populacional, econômica, social e cultural da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2015; COSTA, 2011).

A inadequação do título para referir a presença de africanos certamente se deve à minimização da importância da escravidão na história do local, evidenciada por outro trecho do material de divulgação:

Curitiba também guarda marcas da presença negra, embora esta seja pouco documentada. Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que andou pela cidade em 1820, fez levantamentos sobre a população da província: em 1818 havia 1.587 escravos, contra 1.941 vinte anos depois, em 1838. Nos mesmos anos, a população total era de 11.014 e de 16.155 habitantes. Ou seja: a população cresceu em 5.141 pessoas e os escravos, em 354. Mas, apesar dos poucos documentos existentes, a escravatura existiu no Paraná, ao longo dos ciclos econômicos e na construção de obras gigantescas como, por exemplo, a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, entre 1880-85, ligando o Litoral ao Primeiro Planalto e com a engenharia dos irmãos Antônio e André Rebouças, ambos mulatos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2015; COSTA, 2011).

Em certa medida ambíguo, o texto ao mesmo tempo em que admite que a escravidão faz parte da história da província, minimiza sua importância, considerando que a população escrava teve pouca expressão na população total, observando o pequeno crescimento demográfico entre os escravos e, ainda, equivocando-se ao indicar que a escravatura na região teria sido “pouco documentada”.

Ainda que pareça prevalecer a ideia da insignificância da escravidão na história local e da presença africana na composição populacional, uma intensificação da mobilização de grupos afrodescendentes vem favorecendo a redefinição de políticas públicas e de publicações que permitem reconfigurar essa memória. Um exemplo é a lavagem das escadarias da Igreja do Rosário dos Pretos de São Benedito, realizada desde 2011, na semana da Consciência Negra – em torno do 20 de novembro (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2014.).

Afinado com este movimento de reconfiguração da memória, o projeto “História e Memória da Escravidão em Curitiba”, em fase de elaboração e teste, recupera ou realiza a relação de locais da cidade com a escravidão e com a presença africana, por meio do percurso de um roteiro que, atualmente, se realiza na região central da cidade. O objetivo é fazer com que o conhecimento histórico sobre o tema da escravidão na região ultrapasse os limites da universidade e atinja um público amplo, incluindo professores e estudantes de Educação Básica, universitários, turistas e população em geral. Assim, o roteiro mobiliza várias pesquisas produzidas, sobretudo no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – por professores, estudantes de graduação e pós-graduação, alguns dos quais estiveram diretamente envolvidos no processo de sua elaboração<sup>9</sup>. Nesta fase, o percurso inclui oito locais: Praça Zacarias, Instituto de Educação do Paraná Erasmo Pilotto, Rua XV de Novembro, Praça Generoso Marques/Paço da Liberdade, Igreja do Rosário de Nossa Senhora dos Pretos de São Benedito, Ruínas de São Francisco, Sociedade Beneficente Protetora dos Operários e Sociedade Beneficente 13 de Maio.

Alguns desses locais mantêm uma relação direta com a escravidão e com o pós-abolição, bem como com a população de origem africana e seus descendentes. É o caso da Igreja do Rosário de Nossa Senhora dos Pretos de São Benedito, que abrigou a devoção de uma irmandade religiosa que, como em outras localidades de Portugal e do Brasil, destinava-se a acolher homens negros (mesmo que não exclusivamente), incluindo escravos. Construída em 1737, foi demolida em 1931 e reconstruída na década de 1940 (Brasil-IPHAN, 2014). Há alguns anos a relação com a memória afrodescendente local vem sendo revitalizada, com a realização do já mencionado evento da lavagem das suas escadarias.

A relação direta com a escravidão e o pós-abolição também se constitui em outro local visitado: a Sociedade Beneficente 13 de Maio. Fundada em 1888 por indivíduos envolvidos na militância abolicionista e também por descendentes de africanos, ex-escravos ou livres, tinha um caráter assistencial e, como outras associações mutualistas da época, mantinha uma caixa de auxílio destinada a socorrer trabalhadores desempregados, acidentados ou enfermos, a cobrir custos de funerais e sepultamentos de sócios e seus familiares. Além do assistencialismo, a sociedade promovia atividades de lazer, realizando

---

<sup>9</sup> São eles: Jhonathan W. Souza, Jorge Luiz Santana, Noemi Santos da Silva e Thiago Hoshino.

bailes, celebrações, concursos de beleza. Possibilitava que os sócios se apresentassem nos espaços públicos, exibindo o estandarte da sociedade em passeatas cívicas, manifestações grevistas e em eventos comemorativos, alguns promovidos por ela própria, como os que celebravam o 28 de setembro, o 13 de maio e o 1º de abril, data da instalação da Confederação Abolicionista do Paraná. A “13 de Maio” tinha também uma importante ação formativa: já a partir de 1890, passaram a ser realizadas aulas noturnas de “primeiras letras” na sede da sociedade, que via na alfabetização dos sócios uma oportunidade de inserção social mais favorável (HOSHINO; FIGUEIRA, 2012: 18)

Outros locais agregam conteúdos históricos significativos, porém não relacionados à escravidão ou ao pós-abolição. É o caso da Praça Zacarias, que na memória corrente está relacionada à instalação do governo provincial no Paraná – por Zacharias de Goes e Vasconcelos, o primeiro presidente da província. Não obstante o significado político agregado à praça, ela teve, no passado, uma relação bastante estreita com a experiência histórica da escravidão e do pós-abolição, pois era local de trabalho e sociabilidade de escravos, libertos e livres pobres, que buscavam água no chafariz ali localizado. No percurso realizado, o(a) guia orienta a leitura de uma fonte primária - uma matéria publicada em 1º de março de 1882 na *Gazeta Paranaense*, na qual se destaca a presença de negros e trabalhadores no local. A maneira de abordar os conteúdos históricos referidos à praça permite elucidar não somente um dos significados a ela agregados no século XIX e início do XX, mas também a obliteração desse significado em razão de outro.

A praça permite evocar ainda outros conteúdos simbólicos relacionados à escravidão e ao pós-abolição, dado o fato de o chafariz ali em funcionamento ter sido projetado na década de 1870, por Antonio Rebouças Filho, primogênito de um homem negro que se destacou no mundo público do século XIX: Antônio Rebouças (GRINBERG, 2002). Engenheiro de renome, Antonio Rebouças Filho foi também responsável pelos estudos da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, considerada até hoje uma das mais ousadas obras de engenharia. Com o irmão André, teve participação importante no movimento abolicionista. Remetendo à trajetória desta família, é possível considerar junto aos que percorrem o roteiro que o acesso à educação formal poderia significar oportunidade de ascensão social e de ampliação de cidadania para alguns negros. (Silva, 2014).

A expectativa que os escravos, libertos e negros livres tinham em relação à educação formal no pós-abolição e até mesmo durante a vigência da escravidão é o fio condutor que leva a outro ponto do roteiro: o Instituto Paranaense de Educação. Nessa escola, até hoje em funcionamento, lecionou uma professora negra – Maria Nicolas – e estudou a primeira engenheira civil negra do Brasil, Enedina Alves Marques. Nascida em 1913, Enedina foi filha de um casal de negros - Paulo Marques e Virgília Alves Marques, que integraram o intenso movimento de êxodo rural que ocorreu após 1888, migrando para Curitiba em busca de melhores condições de vida. (Santana, 2013). Com o trabalho realizado em casas de família, a mãe pode prover de educação formal alguns dos filhos, entre eles Enedina, que ingressou em 1926 no chamado Palácio das Instruções, posteriormente denominado Instituto de Educação do Paraná, onde se formou professora normalista em 1931. Diplomada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná, ela participou da elaboração de projetos e acompanhou a execução de importantes obras em Curitiba, dentre elas, a o Colégio Estadual do Paraná, Casa dos Estudantes Universitários (CEU) e a Biblioteca Pública do Paraná – esta, como vimos, fazia parte do conjunto das obras projetadas para comemorar o Centenário da Emancipação do Estado.

A relação deste local com a população afrodescendente também se evidencia pela frequência de escravos no estabelecimento escolar que ali estava situado antes que fosse construído o atual prédio. No então denominado Ginásio Paranaense, em classes noturnas, eles dividiam as carteiras escolares com livres e libertos (SILVA, 2014).

Assim, o roteiro objetiva facilitar o acesso de um público ampliado ao conhecimento histórico produzido no âmbito da universidade. A associação entre locais da cidade e a história da escravidão e do pós-abolição permitirá, em nosso entendimento, dar visibilidade a esses temas, constituindo novas formas de rememoração, para públicos que desconhecem esse passado ou que convivem com a pequena importância a ele atribuída. Pode também abrir caminhos para reconfigurar identidades para grupos cuja história foi silenciada e, por vezes, estigmatizada.

### **Concluindo**

Ao tratar da relação entre história e memória nas sociedades contemporâneas, Pierre Nora chamou atenção para a subordinação da segunda em relação à primeira, nesse tempo em que a tradição foi subjugada. Não sendo espontânea a memória nas sociedades modernas, a história passa a ser decisiva no processo de sua constituição: “a memória nos vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação individual, pois que ela não é mais uma prática social”. Assim, “a passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história” (NORA, 1993: 17) Com essas formulações, o historiador francês chamou a atenção para o fato de a produção em história escapar do domínio dos historiadores e ampliar-se, a ponto de fazer de cada um, um historiador de si mesmo.

Para concluir este escrito eu gostaria, entretanto, de desdobrar as considerações de Nora em outra perspectiva. A valorização da história para a constituição de memórias e definição de identidades de grupos sociais faz sobressair outro aspecto da dimensão pública da atuação do historiador: não se trata apenas de problematizar os conteúdos históricos destinados a larga divulgação; não somente produzir conhecimento destinado a atingir públicos ampliados; mas, realizando uma dimensão pública de seu trabalho, o historiador produz conhecimento que, além respeitar os princípios próprios ao campo, deveria favorecer a ampliação de práticas de cidadania e promover a definição de identidades emancipadas.

Um conhecimento histórico divulgado nesta perspectiva contribui decisivamente para a emergência do que Pollak (1989) denominou “memórias subterrâneas”, exatamente as que foram silenciadas – mas não destruídas – no processo uniformizador da criação de uma memória nacional ou na oficialização de memórias regionais, como a aqui referida. Esse autor, com razão, destaca as potencialidades da História Oral para fazer emergir tais memórias silenciadas. Podemos, em acréscimo, considerar que também a divulgação ampliada da produção acadêmica no âmbito da história social da escravidão e da liberdade - pela empatia com os grupos dominados, pela contraposição à história oficial, pela valorização das disputas e conflitos – pode favorecer a constituição de memórias marginalizadas, facultando interações entre tal campo específico de conhecimento, os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo (CHALHOUB; FONTES, 2009).

Foi nessa perspectiva que se constituiu a ideia do roteiro, aqui exposta. Tal iniciativa vai ao encontro de outras que se estabeleceram pela associação de conhecimento histórico produzido na universidade com a significação simbólica de locais de visitação. É o caso do *Programa Santa-Afro Catarina*, realizado desde 2011 em Florianópolis com coordenação de Beatriz Mamigonian e Andréa Ferreira Delgado (<http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/p/blog-page.html>); do *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*, realizado pelo LABHOI-UFF em parceria com o Comitê Científico Internacional do Projeto da UNESCO no âmbito do projeto *Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade*” (<http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico>); também do projeto Passados Presentes que, coordenado por Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg, definiu um roteiro de turismo de memória relativa à escravidão e ao tráfico de escravos no Rio de Janeiro (<http://passadospresentes.com.br/ppresentes-hotsite/index.php/>).

É evidente, portanto, que a perspectiva de produção no âmbito da História Pública, como aqui proposta, embora contemple a abordagem sobre a constituição e disseminação de representações de passado, problematizando-as; embora objetive divulgar conteúdos históricos produzidos na universidade para públicos ampliados, interessa-se também, e principalmente, por intervir no debate público sobre o significado da escravidão e do pós-abolição na história local, contemplando uma discussão política atual e necessária em torno do racismo e do desfavorecimento secular imposto à população afrodescendente.

### Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo* [Filme historiográfico]. Direção acadêmica Hebe Mattos e Martha Abreu; direção e montagem: Guilherme Fernandes e Isabel Castro, 40’.

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAI, Martha G. de O. (orgs). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele R. de.; ROVAI, Marta G. de O. (orgs). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ESCRavidÃO, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA “CIDADE MAIS EUROPEIA DO BRASIL”

ANDRADE, Priscila R. de. *Um cronista na tribuna: Joaquim Manoel de Macedo imprensa e política na consolidação do Estado Nacional brasileiro*. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BAHLS, Aparecida V. da S. Símbolos e monumentos: as comemorações de emancipação política do Paraná nos logradouros de Curitiba. *Publicatio UEPG*, Ponta Grossa, v. 1, n. 14, jun. 2006.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BEGA, Maria T. S. *Letras e política na Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha*. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.

BERGER, Stefan.; WICKE, Christian. Um imaginário pós-industrial? A popularização do patrimônio industrial no Ruhr e a representação de sua identidade regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, jul./dez. 2014.

BRASIL – IPHAN. *Patrimônio cultural no país da Copa*. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/30>. Acesso em 12/10/2015.

CAMARGO, Geraldo L. V. de. Esculturas Públicas em Curitiba e estética autoritária. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 25, 2005.

CASTRO, Elizabeth A. de. *Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. História social do trabalho, história pública. *Perseu*, São Paulo, n. 4, 2009.

COLI, Jorge. Primeira Missa e a invenção da descoberta. In: NOVAES, Adauto (org). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

COSTA, Hilton. Ilusão de ótica: presença negra e imigração para o sul do Brasil nas análises de Raymundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre: 2011.

ENDERS, Armelle. *Le lieux de mémoire, dez anos depois*. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 11, 1993.

FERRARINI, Sebastião. *A escravidão negra na província do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1971.

FERREIRA, Rodrigo de A. História pública e cinema: o filme Chico Rei e o conhecimento histórico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, jul./dez. 2014.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiæ*, Rio Grande, v. 3, n. 3, 2012.

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

GRAF, Márcia E. C. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1981.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.

GUTIERREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988.

HOSHINO, Thiago A. P.; FIGUEIRA, Miriane. *Negros, libertos e associados: identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011)*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2012.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

IURKIV, José E. Romário Martins e a historiografia paranaense. *Revista Educere*, Umuarama, v. 2, n. 2, 2002.

LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana M. da S. *Devoção & Incorporação*. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa. Curitiba: Editora Peregrina, 2002.

LINDGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele R. de.; ROVAI, Marta G. de O. (orgs). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MACHADO, Brasil P.. Formação e estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, v. 03, 1963.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Romário. *Quantos somos, quem somos*. Dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma História Pública dos africanos escravizados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, 2014

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

ESCRavidÃO, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA “CIDADE MAIS EUROPEIA DO BRASIL”

OLIVEIRA, Cecília H. de S.; MATTOS, Claudia V. de (orgs.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Editora da USP, 1999.

OLIVEIRA, Márcio de. Por uma sociologia do Brasil Meridional. In: OLIVEIRA, Márcio e ZWAKO, José E. L. *Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná*. Curitiba: Editora da UFPR, 2009.

PENA, Eduardo S. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PEREIRA, Luiz F. L. *Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da Primeira República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PEREIRA, Magnus R. de M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: UFPR, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Imigração*. <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-imigracao/208> Acesso em 20/02/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Prefeito participa da lavagem das escadarias da Igreja do Rosário*, 2014. <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/prefeito-participa-da-lavacao-das-escadarias-da-igreja-do-rosario/34864>. Acesso em 04/09/2015.

ROCHA NETO, Bento M. Discurso pronunciado na sessão de instalação da comissão de comemoração do centenário. *Revista Ilustração Brasileira*, dezembro de 1953.

SANTANA, Jorge L. *Rompendo Barreiras: Enedina, uma mulher singular*. 2013. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SANTOS, Carlos R. A. *Vida material e vida econômica*. Curitiba: SEESC, 2001.

SHVARZMAN, Sheila. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SILVA, Noemi S. da. *O batismo na instrução: projetos e práticas de instrução de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SZYCHOWSKI, Angela C. Brasileiros em uma colônia para imigrantes: um estudo sobre Assungui, província do Paraná. *II Congresso Internacional de História* – UEPG/Unicentro, Maio de 2015.

Data de recebimento: 09/11/2015

Data de aceite: 20/04/2016